

A presença do jornalismo opinativo em uma sociedade de risco: o desabamento no Largo Paissandu e a opinião da *Folha* e do *Estadão*¹

Carlos Eduardo BERTIN²

Tássia Aguiar de SOUZA³

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO

Estudo comparativo entre a produção jornalística do gênero opinativo, publicada entre os dias 01 e 03 de maio, nos portais *Folha de S. Paulo* e *Estadão*, sobre o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida no Largo Paissandu. Partindo do pressuposto de que este gênero jornalístico é um importante instrumento para a formação da opinião pública, analisamos como a narrativa é construída em torno da tragédia pela perspectiva do conceito de sociedade de risco de Ulrich Beck. Como metodologia, elaboramos um protocolo de análise discursiva com foco no enunciador/narração (RABATEL, 2016) e observamos que o jornalismo opinativo levanta poucos apontamentos acerca das causas que geraram o desabamento, mas configura-se como um importante instrumento de disseminação de discursos divergentes.

Palavras-chave: Discurso; Jornalismo Opinativo; Opinião Pública; Sociedade de Risco; Largo Paissandu.

Introdução

Entendemos o jornalismo opinativo como importante instrumento de orientação da opinião pública. A publicação de textos deste gênero possibilita reflexões em torno de vários assuntos que ocorrem no cotidiano, na sociedade e no mundo, sobretudo nos formatos artigo e coluna com a contribuição de personalidades não vinculadas diretamente aos veículos hegemônicos.

O desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo Paissandu, na madrugada do dia 01 de maio, trouxe à tona várias questões acerca de políticas públicas para os problemas de moradia, sobre pessoas que vivem às margens da sociedade e em situações de vulnerabilidade, bem como a ineficácia do poder público e a criminalização dos movimentos sociais.

¹ Trabalho apresentado no GT Pensamento Comunicacional, do PENSACOM BRASIL 2018.

² Publicitário, jornalista e mestrando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Bolsista capes. E-mail: dudsbertin@gmail.com

³ Jornalista pela Universidade Federal do Maranhão, especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas e mestranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Bolsista do CNPq-Brasil. E-mail: tassiaguiar@gmail.com

Desse modo, buscamos suporte no conceito da sociedade de risco proposto por Ulrich Beck (1997), objetivando comparar a abordagem dos dois principais jornais de São Paulo, *Folha de S. Paulo*⁴ e *Estadão*⁵, sobre essas questões nas publicações do gênero opinativo. Para isso, selecionamos todos os textos opinativos publicados nos dois veículos, entre os dias 01 e 03 de maio de 2018, período de maior repercussão da notícia e aplicamos análise discursiva a partir da proposta de *Homo Narrans* (RABATEL, 2016) como ferramenta de investigação. Recorremos também ao conceito de esfera pública habermasiana para contextualizar o terreno em que essas narrativas são difundidas e ao estudo do gênero opinativo no jornalismo – com base nos pressupostos de Marques de Melo (2003) – que, acreditamos, contribui para a formação dessa opinião pública.

A questão habitacional e a sociedade de risco

O jornalismo opinativo configura-se como um gênero que pode levar ao público leitor reflexões em torno de questões que afligem a sociedade e o cotidiano. Diante de um contexto social e econômico, em que a questão da moradia se afigura como um problema social, colocando inúmeras pessoas em situações de risco, cabe ao jornalismo opinativo trazer ao debate público as causas e efeitos dessa problemática e como tais adversidades interferem na vida dos cidadãos que vivem nessas circunstâncias, a fim de contribuir para a formação da opinião pública em torno desse assunto. Portanto, neste primeiro tópico, contextualizaremos a questão habitacional no Brasil e sua relação com a sociedade de risco.

Entendemos que o desabamento ocorrido no largo Paissandu em 01 de maio deste ano levanta reflexões acerca de duas problemáticas: a) a questão habitacional e o problema de moradia e b) a sociedade de risco. O primeiro refere-se a um dos principais problemas urbanos ligado às populações de baixa renda e mais vulneráveis às tragédias e conflitos (MONTEIRO; VEGAS, 2007). O segundo surge de um processo de

⁴ A Folha é um dos maiores conglomerados de mídia do país, sendo que o seu site noticioso é o que possui maior audiência no Brasil. O grupo folha surgiu em 1921, quando foi fundada em São Paulo a “Folha da Noite”.

⁵ O *Estadão* surgiu em 1875, chamando-se na época Província de São Paulo. O jornal é o terceiro veículo com mais acessos na internet do Brasil e segundo no estado de São Paulo, ficando atrás apenas da *Folha*.

desenvolvimento em que os próprios avanços da sociedade industrial passam a produzir riscos e ameaças (BECK, 1997).

Monteiro e Veras (2017) elucidam que o crescimento da população brasileira impulsionou a expansão das cidades, proporcionando a ampliação da rede urbana de modo geral, pois aliado a um forte movimento de urbanização, em virtude de um intenso fluxo migratório-rural e urbano, teve como consequência a aglomeração populacional nos grandes centros urbanos. Esse processo migratório, segundo os autores, foi resultado da expansão da industrialização das cidades, que atraiu trabalhadores vindos do campo, e da mecanização do campo que provocou a modernização da agricultura acarretando o aumento da produtividade e, conseqüentemente, a diminuição da mão de obra. Sendo assim, a industrialização passou a atrair mão de obras para as cidades, provocando novas configurações no espaço urbano. Para os autores, o aumento da população na área urbana implicou a necessidade de ampliar a oferta de serviços e equipamentos urbanos, bem como a oferta de moradias para as famílias, porém, “isso não ocorreu na mesma proporção de crescimento das cidades” (MONTEIRO; VEGAS, 2017, p. 5).

Todo esse processo de urbanização contribuiu para o crescimento da desigualdade social no país, pois a má distribuição de renda tornou evidente a criação dos espaços de segregação, exclusão social e territorial, ilegalidade e informalidade. Conforme Monteiro e Vegas, os migrantes quando chegaram às grandes cidades se inseriram de forma precária e mal remunerada nas atividades produtivas e resolveram os problemas de moradia através da autoconstrução, ou seja, de habitações informais, precárias em favelas, loteamentos irregulares e cortiços.

Tendo como ponto de partida o fato de que a urbanização nos grandes centros é originária do desenvolvimento econômico e tecnológico e que inúmeras pessoas de cidades do interior se deslocaram para as capitais em busca de emprego e melhores condições de vida, temos uma situação em que os avanços sociais foram responsáveis pelas condições de desigualdade e exclusão social e pela problemática da moradia nos grandes centros. Nesse sentido, o pensamento de Ulrich Beck (1997) responde com clareza essa questão.

Primeiramente, não é crise, mas, repito, as vitórias do capitalismo que produzem a nova forma social. Segundo, isto significa que não é a luta de

classe, mas a modernização normal e a modernização adicional que estão dissolvendo os contornos da sociedade industrial (BECK, 1997, p. 13).

A alta nos preços de aluguéis, decorrente da especulação imobiliária, os baixos salários e outros fatores derivados das condições sociais criadas pelo sistema capitalista favorecem uma situação em que pessoas de baixa renda busquem alternativas de moradias em espaços periféricos ou em situações de perigos e riscos. Sendo assim, estão sujeitas a situações de desabamento, como no caso do edifício no Paissandu, alagamentos e violência, entre outros.

Giddens (1990) considera que os perigos e riscos estão intimamente ligados, mas que são coisas distintas. O que o risco pressupõe, segundo o autor, é precisamente o perigo (não necessariamente a consciência de perigo). Na concepção do sociólogo, “Qualquer um que assume um ‘risco calculado’ está consciente da ameaça ou ameaças que uma linha de ação específica pode pôr em jogo” (GIDDENS, 1990, p. 36). Porém, reconhece que muitas vezes é “possível assumir ações ou estar sujeito a situações arriscadas sem que os indivíduos envolvidos estejam conscientes do quanto estão se arriscando. Em outras palavras, eles estão inconscientes do risco que correm”. Nesse sentido, observa que “ambientes de riscos” afetam coletivamente grandes massas de pessoas.

Para Beck (2006, p. 6), risco é um conceito moderno que pressupõe decisões que tentam fazer das consequências imprevisíveis das decisões civilizacionais decisões previsíveis e controláveis. O pensador utiliza o conceito sociedade de risco para definir uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial. Para ele, duas fases podem ser distinguidas na sociedade de risco: a primeira é um estágio em que os efeitos e as auto-ameaças são sistematicamente produzidos, mas não se tornam questões públicas ou o centro de conflitos políticos. A segunda é uma situação que surge quando os perigos da sociedade industrial começam a dominar os debates e conflitos públicos, tanto políticos quanto privados. Nesse segundo caso, conforme Beck (1997, p. 15), “as instituições da sociedade industrial tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não conseguem controlar”.

Beck salienta que os agrupamentos da sociedade de risco são produzidos porque as certezas da sociedade industrial dominam o pensamento e a ação das pessoas e instituições da sociedade industrial. Segundo ele, “a sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios defeitos e ameaças” (BECK, 1997, p. 16).

Na sociedade de risco, os conflitos de distribuição em relação aos “bens” (empregos, renda, seguro social) são encobertos pela repartição de malefícios. No entendimento de Beck, estes malefícios podem ser decifrados como conflitos de responsabilidade destrutiva, pois irrompem sobre o modo como os riscos que acompanham as produções de bem podem ser distribuídos, evitados, controlados e legitimados.

Jornalismo opinativo

O jornalismo é uma atividade que cumpre importante função social: informar fatos do cotidiano, interpretar, opinar sobre os diversos assuntos de interesse público, entreter e refletir sobre a sociedade e o mundo em que vivemos. Esta atividade responde às necessidades e curiosidades dos cidadãos que desejam se informar e entender o que acontece ao seu redor. Também configura-se como um mecanismo utilizado na disputa de espaço e conflitos de interesses, públicos ou privados.

Ciro Marcondes Filho (1989), por exemplo, alega que criar jornais é uma maneira de elevar a uma alta potência o interesse que os grupos e pessoas têm em afirmar publicamente suas opiniões e informações. “É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder de soberania, com a ‘verdade’” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 11).

No jornalismo, o gênero opinativo cumpre o papel de expor opiniões nos jornais, sites e portais da internet. Trata-se de uma opinião publicada que, como aponta Mafesolli (2010, p. 20), “não deixa de ser uma opinião, mas pretende ser um saber, uma competência, até mesmo uma ciência”. Portanto, cabe aqui, neste espaço de reflexão, estimular o debate em torno do jornalismo opinativo, tendo em vista que, com o surgimento da internet, os formatos dessa categoria pouco se modificaram (COSTA,

2010). No entanto, deve-se reconhecer que o fluxo opinativo é cada vez mais crescente, tendo em vista que a internet possibilitou a criação de novas plataformas e, conseqüentemente, a autonomia da opinião.

Beltrão (1980) defende que é dever do jornal exercitar a opinião, pois ela valoriza e engrandece a atividade jornalística. Para o autor, a opinião expressada de forma honesta e digna, com a intenção de orientar o leitor, torna-se um fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia social.

Estudioso dos gêneros jornalísticos no Brasil e discípulo de Luiz Beltrão, Marques de Melo destaca que o gênero opinativo parte da premissa da “leitura do real”, ou seja, da análise e avaliação da realidade baseada no desejo da “coletividade saber o que se pensa sobre o que se passa” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 63). Para o autor, a leitura do real significa “identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos”. Por meio do jornalismo opinativo, ainda segundo Marques de Melo, temos a análise da realidade e sua avaliação possível dentro dos padrões que dão fisionomia à instituição jornalística.

O gênero opinativo atua como um fórum de ideias e emerge de quatro núcleos específicos: a) empresa, b) o jornalista, c) o colaborador, d) o leitor. Sendo que a opinião da empresa jornalística é publicada no editorial; a opinião do jornalista, nos comentários, resenhas, colunas, crônicas e artigos; a opinião do colaborador, nos artigos; e a opinião do leitor, nas cartas. Contudo, com as novas configurações dos sites e portais de notícias, hoje, o leitor pode manifestar suas opiniões nos espaços destinados aos comentários.

Partindo do pressuposto que o gênero opinativo opera como um fórum de ideias, este adquire importante papel na formação da opinião pública, pois por meio da leitura dos textos opinativo os leitores podem formular suas próprias concepções acerca dos diversos assuntos que pautam o cotidiano, a sociedade, a política, a economia e o mundo.

Esfera Pública e formação da opinião pública

A esfera pública burguesa pode ser entendida como uma esfera de pessoas privadas reunidas em público. “Elas reivindicam imediatamente a esfera pública, (...)”

contra o próprio poder público, de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera de circulação de mercadorias e do trabalho social” (HABERMAS, 2014, p. 135).

Habermas contribui para a apreensão desse fenômeno ao explicar que na dinâmica da esfera pública burguesa é estabelecido um novo princípio de legitimação política ancorado na ideia de uma “opinião pública” como forma racional de acesso à verdade, diferente de uma simples opinião ou acúmulos de interesses e visões arbitrárias. O debate político, conforme elucida o autor, acontecia “mediante razões”, não baseados em uma superioridade de ordem hereditária da nobreza, submetidos à opinião pública.

Gomes (2007) baseando-se em Habermas aponta que há duas vias para a formação da opinião: uma institucional; outra, não. O processo institucional acontece por meio de interações discursivas, ou comunicacionais, que se chamam instâncias da argumentação. Ele explica que esse tipo de formação da opinião é aquele que produz a lei e tem como meio típico os corpos parlamentares, materializadas como leis e políticas mediante “deliberações institucionalizadas”. A outra forma, não institucionalizada, de se realizar a opinião é na esfera pública, um espaço socialmente reconhecido mas não institucionalizado, onde há livre flutuações de questões, informações pontos de vista e argumentos provenientes das vivências cotidianas dos sujeitos (GOMES, 2007). O autor defende que quando falamos de esfera pública nos referimos a um alto nível de acessibilidade a fatos, informações e interpretações. “É ela que permite uma visibilidade maior e mais qualificada – porque examinada e testada por vários ângulos e em contraste com outros pontos de vista- dos fatos, informações e interpretações da política” (GOMES, 2007, p. 7).

Desse modo, a esfera pública apresenta-se em espaços como praças ou outros locais físicos onde ocorrem debates, jornais, portais de notícias, publicidade, redes sociais e plataformas digitais, entre outros. Sendo assim, o jornalismo, principalmente o opinativo, contribui para a formação da opinião pública, pois mediante razões traz análises dos fatos e argumentações a fim de orientar o leitor no entendimento do que ocorre na vida social.

O desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida no largo Paissandu

A queda do edifício Wilton Paes de Almeida ocorreu na madrugada do dia 01 de maio, deixando 126 famílias desabrigadas, 9 mortos e, desses mortos, 2 não tiveram os seus corpos encontrados. Segundo informações da Polícia Civil, o acidente foi consequência de um curto-circuito que se iniciou no quinto andar, por volta das 1h 30, e se alastrou por toda a estrutura, causando o desabamento às 03h 00.

O prédio foi construído em 1961 para abrigar uma empresa de vidros, porém, por conta das dívidas, foi entregue à União, tornando-se sede da Polícia Federal até o ano de 2001. Foi cedido à prefeitura de São Paulo, mas esta o devolveu à União. Após um tempo, a União retornou o edifício novamente à prefeitura. Diante dessa conjuntura, famílias carentes, imigrantes e outros seres humanos em condições vulneráveis passaram a se abrigar no prédio. Esse acontecimento, pela perspectiva de Beck, ilustra o conceito da sociedade de risco, uma sociedade que não consegue solucionar os problemas que ela própria provocou. Ademais, as pessoas que mais sofrem com essas situações de vulnerabilidade são compreendidas por uma grande parcela da população como um perigo que assola o ambiente social, estabelecendo, assim, o “pânico moral” na sociedade.

Bauman (2017) elucida que o “pânico moral” é um sentimento de medo compartilhado por grande número de pessoas de que algum mal está ameaçando a sociedade. Com os desdobramentos no Paissandu, observou-se a quantidade de manifestações de internautas, jornalistas, políticos, entre outros, condenando e transferindo a culpa da tragédia para os moradores do local. Para esse público, essas pessoas são vistas como ameaças por suscitarem o medo e causarem danos à sociedade. Em parte, pode-se dizer que muitas mídias colaboraram para a formação dessa opinião ao publicarem matérias sustentando essa tese de que essas pessoas são “perigos que afetam a ordem pública”. Desse modo, o presente artigo buscou fazer um estudo comparativo de dois veículos da grande mídia e como o jornalismo opinativo abordou a questão dessa tragédia.

A opinião da *Folha* e do *Estadão* na queda do edifício Wilton Paes de Almeida

Neste tópico comparamos as abordagens do jornalismo opinativo nos portais *Folha de S. Paulo* e *Estadão* sobre o desabamento do prédio no Largo Paissandu. Para isso, utilizamos a análise discursiva pela perspectiva do *Homo Narrans* de Alain

Rabatel e como critérios de classificação, os pressupostos do gênero opinativo proposto por Marques de Melo.

Fundamentamos esta análise no conceito de *Homo Narrans* de Alain Rabatel (2016), em que o autor propõe uma análise discursiva voltada para a narração em detrimento da narrativa. Segundo o autor, as escolhas (conscientes) do enunciador produzem efeito no leitor e, portanto, a análise não deve se restringir aos limites da frase. Rabatel rompe com a proposta do sujeito inconsciente da Análise de Discurso Francesa e atribui responsabilidade narrativa ao escritor. A escolha por esse recorte teórico justifica-se no gênero jornalístico em análise, que leva em conta, sobretudo a opinião do enunciador, uma fala consciente e manifestadamente engajada.

Para tanto, elaboramos um protocolo de análise pautado nessas escolhas conscientes do *Homo Narrans* para investigar as vozes discursivas por trás das publicações opinativas nos textos selecionados, conforme quadro abaixo.

Quadro 1_Protocolo de análise discursiva

Recorte	Abordagem
Terminologia utilizada para as ocupações	Ocupação, invasão, abrigo, outros.
Responsabilidade do desastre	Poder público, movimentos sociais, moradores, outros.
Causas do desastre	Causas técnicas, causas sociais, outras.
Consequências do desastre	Abordagem sobre a situação dos desabrigados.
Fontes e personagens envolvidos	Apuração/destaque dado a cada um.

Fonte: tabela elaborada pelos autores

Na investigação sobre os gêneros jornalísticos, encontramos no *corpus* analisado as seguintes categorias opinativas: dois editoriais, quatro artigos e quatro colunas. Devido às limitações de espaço, seguiremos apenas com a descrição dos formatos e as respectivas análises discursivas das publicações.

Quadro 2_Corpus do trabalho

Título	Data	Gênero	Formato	Veículo
Desabamento em SP é resultado de desleixo do poder público	02/05	Opinativo	Artigo	<i>Folha de S. Paulo</i>

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 10 e 11 de dezembro de 2018

Desabamento revela máfia do movimento sem-teto	02/05	Opinativo	Coluna	<i>Folha de S. Paulo</i>
Escombros de edifício em SP anunciam falência do setor público	02/05	Opinativo	Artigo	<i>Folha de S. Paulo</i>
Relatos do desastre	02/05	Opinativo	Editorial	<i>Folha de S. Paulo</i>
O tamanho da tragédia	03/05	Opinativo	Coluna	<i>Folha de S. Paulo</i>
Ocupações de risco mostram drama do acesso à moradia nas metrópoles	03/05	Opinativo	Artigo	<i>Folha de S. Paulo</i>
A negligência continua	03/05	Opinativo	Coluna	<i>Estado de S. Paulo</i>
Tragédia em São Paulo, sem seguro e responsabilidade	03/05	Opinativo	Coluna	<i>Estado de S. Paulo</i>
A responsabilidade da União	03/05	Opinativo	Editorial	<i>Estado de S. Paulo</i>
Análise: ‘Solução precisa unir governos, movimentos e iniciativa privada	01/05	Opinativo	Artigo	<i>Estado de S. Paulo</i>

Fonte: tabela elaborada pelos autores

O formato **editorial** exerce o ofício de emitir a opinião da empresa jornalística (MARQUES DE MELO, 2003). No editorial publicado pela *Folha de S. Paulo* no dia 02 de maio, um dia após a tragédia, o texto é descrito como uma “tragédia anunciada”, relatando que as autoridades conheciam os problemas do local e sabiam das possíveis consequências desses problemas. O veículo traz relatos de governantes e do ex-prefeito João Dória, em que este diz que o edifício era ocupado por uma organização criminosa, abrigando, inclusive, o tráfico de drogas. Porém, a *Folha* apresenta a hipótese de que tanto as autoridades como os movimentos por moradia são responsáveis pelo acontecimento, tendo em vista que os movimentos ocuparam o local irresponsavelmente. O editorial opta pela palavra “invasão” em alguns momentos, dando a conotação de que os movimentos sociais apresentam-se como movimentos criminosos.

A opinião da *Folha de S. Paulo*, manifestada neste formato jornalístico, auxilia na compreensão do conceito da sociedade de risco ao apresentar que os governos, autoridades e desenvolvimento da sociedade industrial são incapazes de lidar com os efeitos de suas próprias causas. Também, sendo um instrumento de orientação da opinião pública, contribui para revigorar a criminalização dos movimentos por moradias e das pessoas que vivem em circunstâncias vulneráveis.

O editorial do *Estadão*, publicado no dia 03 de maio, também segue um pensamento parecido com o do veículo concorrente. O texto retrata o fato, da mesma maneira, como uma tragédia anunciada, responsabiliza o poder público e criminaliza os movimentos sociais, delegando a estes últimos o status de “aproveitadores dos infortúnios alheios”. Porém, traz a reflexão de um contexto social em que faltam projetos sociais para pessoas que estão expostas a esses riscos. No entanto, o enfoque principal do texto é a visita do presidente Michel Temer ao local do acidente. O veículo enaltece a visita comparando o presidente com sua antecessora Dilma Rousseff que, segundo a publicação, não o fez “em situações bem mais graves, como foram as tragédias em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e em Mariana, em Minas Gerais, para citar apenas dois desastres recentes”. Para amenizar a reprimenda sofrida por Michel Temer no lugar do desastre, o veículo atribui a rejeição aos integrantes dos “ditos movimentos sociais, grupos organizados que vivem da exploração dos dramas alheios para fins políticos”, pondo em dúvida a credibilidade moral dos ativistas e manifestantes no local. As aspas atribuídas a Michel Temer no texto também revelam uma tentativa de humanizar a imagem desgastada do presidente. “Nós não pudemos pedir a reintegração porque era, afinal, gente muito pobre, uma situação difícil, naturalmente. Mas agora serão tomadas as providências para dar assistência (àquelas pessoas)”. O texto não se dedica às causas do desastre, tampouco às consequências para os novos desabrigados e é finalizado com a proposta de combate do poder público às ocupações insistindo, ainda, que a medida deve gerar “grita política”, mas que pode salvar vidas.

Artigo: O artigo é outro importante formato do gênero opinativo, tendo bastante repercussão nas páginas de jornal e portais de informação. Marques de Melo (2003, p. 121) identifica o artigo como uma forma de expressão verbal onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião. Este formato pode ser escrito por jornalistas, escritores, especialistas, formadores de opinião, entre outros. Para o autor, o artigo toma duas formas: doutrinário e científico. O artigo científico é destinado a publicar os avanços da ciência e doutrinário é aquele que pode ser chamado de artigo jornalístico e que se propõe a analisar uma questão atual, sugerindo ao público “uma determinada maneira de vê-la ou de julgá-la” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 124). O artigo confere liberdade ao autor, liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido e autonomia quanto ao estilo verbal (ibidem). Além disso, é um formato que

democratiza a opinião no jornalismo por agregar articulistas de distintas correntes de pensamento e como pontos de vistas muitas vezes divergentes sobre vários assuntos.

Dos quatro artigos analisados, três são da *Folha de S. Paulo*. As três publicações na *Folha* possuem em comum a responsabilização do poder público. O artigo intitulado “Desabamento em São Paulo é resultado do desleixo do poder público”, publicado no dia 02 de maio e assinada pelo arquiteto Nabil Bonduki, repete o padrão dos editoriais ao dizer que a tragédia é resultado do descaso das três esferas do executivo na implementação de uma política de habitação na cidade, porém, defende a não criminalização dos movimentos sociais por moradia. O autor levanta uma reflexão sobre o drama social da falta de moradia e sobre a importância dos movimentos sociais para combater o problema, embora admita a existência de grupos oportunistas que exploram financeiramente os desabrigados, e aponta a parceria entre as bases e o poder público como caminho para a solução do déficit habitacional. A economista Laura Carvalho, que assina o artigo intitulado “Ocupações de risco mostram drama do acesso à moradia nas metrópoles”, corrobora – e cita – a opinião do arquiteto sobre a parceria entre os movimentos sociais e o Estado e expõe gargalos econômicos que justificam o atual cenário da falta de moradia. Com isso, observamos a importância da participação de colaboradores ocupando espaços privilegiados de fala dentro dos veículos para expor opiniões, muitas vezes, dissidentes dos seus acionistas/administradores/patrocinadores. O reconhecimento do papel fundamental dos movimentos sérios por moradia e a proposição de soluções contrastam com o posicionamento oficial dos veículos apontam convictamente a sociedade civil organizada e as vítimas da tragédia como partes responsáveis pela tragédia.

Já no artigo “Escumbros de edifício em SP anunciam falência do setor” do jornalista Fernando Canzian, o desastre do Wilson Paes de Almeida serve apenas comparação com o que acredita ser outro desastre: o futuro da Previdência no Brasil caso a Reforma não seja aprovada. Não encontramos, portanto, contribuição para o debate sobre o tema em questão – e presente no título da publicação.

A opinião do arquiteto Valter Caldana no artigo “Análise: ‘Solução precisa unir governos, movimentos e iniciativa privada’” no *Estadão* converge com a posição dos articulistas da *Folha*, Laura Carvalho e Nabil Bonduk sugerir o diálogo das autoridades com a sociedade civil organizada e ao apontar o poder público como responsável não

apenas pelo desabamento, mas pela situação social que implodiu o prédio. Caldana aponta ainda soluções para o enfrentamento da falta de moradia digna e da criminalização de pessoas e movimentos que lutam em conjunto por uma justa causa social. Como na *Folha*, a posição do artigo também contrasta com o posicionamento do veículo expresso no editorial – mais uma incidência do que consideramos uma relevante contribuição para um debate de ideias plurais em meios hegemônicos de comunicação.

Coluna: a coluna é a seção publicada regularmente, geralmente assinada, e escrita em estilo mais livre e pessoal que o noticiário comum. Ela é composta de notas, sueltos, crônicas, artigos ou textos-legendas e procura trazer fato, ideias e julgamentos em primeira mão (MARQUES DE MELO, 2003, p. 140). Esse formato corresponde à emergência de um tipo de jornalismo pessoal, intimamente vinculado à personalidade do seu redator (ibidem) e difere-se do formato artigo principalmente pela ausência de fundamentos científicos ou dados oficiais.

Em “O tamanho da tragédia”, o jornalista Janio de Freitas critica o poder público pelo descaso com a população sem moradia, traz dados do IBGE sobre os imóveis desocupados, faz um apanhado das políticas públicas de habitação herdeiras do golpe de 64 e destaca as iniciativas dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff no combate ao problema. O colunista ainda defende a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e conclui com o que chama de “lucrativa sociedade entre poder público e privado que desgraçam o Brasil”. Janio aprofunda a questão defendendo uma posição diversa do veículo em que hospeda sua coluna, mais um exemplo da contribuição do gênero opinativo em veículos da mídia *mainstream* para o debate público.

Por outro lado, na coluna do jornalista Leandro Narloch, no mesmo veículo, a publicação com o título “Desabamento revela máfia dos sem-teto”, possui nove de seus dez parágrafos dedicados a criminalizar os movimentos sociais por moradia. Somente no último parágrafo – depois de comparar os ativistas a milícias do Rio de Janeiro – ele admite a possibilidade de haver alguma minoria que realize um trabalho sério nessa esfera. Nesse caso, o colunista alinhado às ideias do veículo não contribui para a disseminação de discursos polifônicos na esfera pública, apenas endossa um pensamento massificado.

Nas colunas do *Estadão*, José Nêumane apresenta uma posição mais alinhada com o veículo e propõe que as autoridades desabriguem os edifícios ocupados em São

Paulo para evitar tragédias como a do Largo Paissandu sem, no entanto, propor uma alternativa para os desabrigados. Já Ernesto Tzirulnik, presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro, em “Tragédia em São Paulo, sem seguro de responsabilidade”, na coluna Fausto Macedo, defende a contratação obrigatória do seguro de incêndio e culpa as autoridades e as “regras legais frouxas” pelo infortúnio dos desabrigados em catástrofes como a do Wilson Paes de Almeida por todo o Brasil.

Considerações finais

No presente artigo comparamos a abordagem dos dois principais veículos de notícia do estado de São Paulo sobre o desabamento no Largo Paissandu por meio de suas produções jornalísticas do gênero opinativo e identificamos como essas produções podem contribuir para a formação da opinião pública em torno deste assunto, uma vez que o jornalismo opinativo configura-se como uma importante ferramenta de visibilidade na esfera pública.

Com base no material analisado, observamos que alguns jornalistas se propuseram a elucidar as causas do acidente e apresentar sugestões para modificar o quadro social. Considera-se que, nesse sentido, a *Folha de S. Paulo* tratou o acontecimento dando mais relevância para os problemas de moradia que o *Estadão*, trazendo especialistas no assunto para explicar a questão. Porém, o veículo em seu editorial dedicou-se a criminalização dos movimentos por moradia. Fato este percebido na opção por palavras como “invasão”. Vale ressaltar o artigo de Leandro Narloch que apontou semelhanças dos movimentos sociais com milícias armadas do Rio de Janeiro. Mesmo assim, a *Folha* por meio dos seus articulistas e colaboradores apontou a fragilidade das autoridades em lidar com problemas que competem a elas. O *Estadão* apresentou-se menos participativo, tanto na quantidade de textos opinativos, como nas abordagens em torno da tragédia nesses textos.

A presença dos formatos artigo e coluna nos veículos de mídia hegemônica contribui sobremaneira para a disseminação de vozes divergentes e, portanto, relevantes para a construção da opinião pública. Embora pouco tenha se aprofundado nas consequências do desabamento para os desabrigados, as abordagens opinativas permitem reflexões sobre os personagens envolvidos no desastre.

Notamos também a tendência em atribuir os problemas sociais aos movimentos por moradia, apontando esses movimentos como responsáveis pela desordem na sociedade, criando-se também novos inimigos e um novo “pânico moral”. Sendo assim, o jornalismo, como importante agente orientador da opinião pública, perde a oportunidade de agir como uma ferramenta de construção social e fazer o público leitor refletir sobre as causas dos problemas que levam a sociedade a ser da maneira que enxergamos.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

_____. Incertezas fabricadas. **IHU online**, São Leopoldo, p.5-12, mai. 2006.

COSTA, Lailton da. Gêneros jornalísticos. In: ASSIS, Francisco de; MARQUES DE MELO, José (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2010.

GOMES, Wilson. Publicidade, visibilidade e discutibilidade: por uma revisão do conceito de esfera pública política. In: XVI Encontro da Compós, 2007, **Anais eletrônicos...**São Paulo: Compós, 2007. Disponível em: < http://www.compos.org.br/data/biblioteca_41.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução Denilson Luís Werle. São Paulo: Unesp, 2014.

MAFFESOLI, Michel. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo: Gêneros Opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MONTEIRO, A.R; VERAS, A.T.R. **A questão habitacional no Brasil**. Mercator, Fortaleza, v.16, p.1-13, 2017.

RABATEL, Alain. **Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração teoria e análise**. vol. 1. São Paulo: Cortez, 2016. P. 15-55.